
André Oliva Teixeira Mendes

Professor no Departamento de História da Fundação Instituto de Ensino de Osasco e da rede pública paulista

AMED, Fernando.

As cartas de Capistrano de Abreu. Sociabilidade e vida literária na belle époque carioca.

São Paulo, Editora Alameda, 2006. 324p.

Não é de hoje que muitos pesquisadores vêm se debruçando sobre documentos de origem privada para a execução de seus trabalhos. Trata-se de material riquíssimo em termos informacionais, mas que na maior parte das vezes permanece inédito por décadas, seja por desinteresse dos pesquisadores ou absoluto apreço ao sigilo por parte dos detentores desses acervos. O grande risco que se corre com isso é a perda irreparável de todo esse material.

Apesar de algumas iniciativas louváveis, o Brasil tem pouca tradição na guarda e disponibilização de acervos privados, sejam eles pessoais ou institucionais. O que acontece na maioria das vezes é que toda essa massa documental acaba sendo descartada pelos próprios herdeiros sem nenhum outro critério se não o desinteresse. É correto afirmar que na maioria das vezes arquivos de intelectuais, políticos, empresas, sindicatos, associações de bairro, possuem uma abordagem absolutamente inovadora sobre os mais diversos temas, servindo de contraponto à utilização pura e simples de documentos tidos como oficiais, quais sejam, documentos produzidos e/ou acumulados pelo poder público, como se esse material não fosse, na maioria das vezes, fruto de debates sociais e negociações muito mais amplas.

Nesse sentido as correspondências assumem um papel de destaque para que se perceba a sutileza dos meandros políticos, sociais e culturais de certa sociedade. O debate sobre o público e o privado, bem como seus conflitos, são aí explicitados, o que torna o uso desse material ainda mais relevante. Esse talvez seja o ponto alto do trabalho de Fernando Amed. Utilizando-se de parte das correspondências ativas e passivas de Capistrano de Abreu, Amed pôde tecer um panorama muito mais rico e sutil da interação do historiador cearense com parcela da elite intelectual brasileira da segunda metade do século XIX até o primeiro quartel do XX, mostrando nitidamente os limites da atuação pública e privada de Capistrano, bem como todo o ambiente cultural e intelectual vivido no Rio de Janeiro de então.

De que outra forma o historiador cearense poderia externar suas opiniões a cerca da nomeação de Joaquim Nabuco para cargo nos Estados Unidos, sem ser repreendido ou envolver-se em polêmica desnecessária? Capistrano pode fazer uso de seus comentários ácidos especialmente por serem feitos entre seus convivas. Supostamente reproduzindo a fala de um amigo, pernambucano como Nabuco, em carta para o português João Lúcio de Azevedo dizia ter sido essa uma boa escolha, visto ser um ele, Joaquim Nabuco, um homem branco, instruído e bonito, "a pessoa mais própria para dar uma idéia falsa do Brasil".

O conjunto documental trabalhado por Amed é composto por 1.035 cartas enviadas e apenas 196 recebidas, datadas do período de 1880 e 1927, para mais de 30 missivistas. Apesar de aparentemente desnecessária, a quantificação desse conjunto mostra-se de fundamental importância, pois poderia refletir a total falta de organização, por parte de Capistrano, no que dizia respeito a seus escritos. Uma informação importante acerca desse material é que boa parte dos documentos já havia sido publicada entre 1954-56 e complementados em 1977 por iniciativa do historiador José Honório Rodrigues. Chama a atenção o profundo debate feito por Amed sobre o fato de que essas correspondências quase não foram utilizadas pelos historiadores, se

não como mera ilustração ou "apêndice de uma informação ou juízo emitido", apesar de serem comuns os clamores por sua publicação como sendo uma fonte imprescindível para a compreensão da personalidade de um dos maiores historiadores brasileiros.

Os números com certeza não refletem a importância desse material. Não se trata de um conjunto muito extenso, dificultando a conclusão de que Capistrano era um missivista compulsivo, apesar das afirmativas contrárias de Amed. Apenas para citar um exemplo, as correspondências recebidas por Washington Luis no mesmo período aproximam-se da casa das 10.000 unidades documentais.

Se quantitativamente esse material não é tão volumoso, em termos qualitativos a coisa muda muito de figura. Visto tradicionalmente como um historiador positivista e determinista, de acordo com Amed esse posicionamento metodológico pode ser sentido apenas nos primeiros escritos de Capistrano, sendo que uma análise mais cuidadosa em sua correspondência poderia mostrar a adoção de um relativismo mais amplo. Contrário à forma de história que vinha sendo feita no Brasil desde meados do século XIX, Capistrano de Abreu pode em sua correspondência tecer duras críticas a Rocha Pombo, João Manoel Pereira da Silva, Alexandre José de Melo Moraes, Oliveira Lima, entre outros, mostrando-se, como diz Amed, contrário aos historiadores presos apenas a datas, fatos e grandes feitos. Talvez venha daí sua incompatibilidade com o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), utilizado por Capistrano apenas por possuir uma rica e confortável biblioteca.

Para Alice Canabrava e Fernando Novais o cearense teria sido o precursor da chamada historiografia brasileira moderna inaugurada após 1930. Mesmo assim, os biógrafos acabaram resvalando sempre em aspectos pertinentes à sua aparência, dificuldade de relacionamento social e estilo de trabalho. O motivo de tal "superficialidade" decorreria especialmente do fato de não utilizarem outras fontes documentais para suas pesquisas, especialmente a própria correspondência. Muitos deles ainda "carregavam o peso" de terem convivido com Capistrano, o que certamente dificultava uma melhor análise. Tornaram-se comuns as visões críticas e reducionistas acerca de sua obra (como por exemplo, ser ele taxado de positivista), ou o enaltecimento exacerbado de sua figura como um dos maiores historiadores brasileiros, autor de *Caminhos antigos e o povoamento do Brasil* e *Capítulos de história colonial*.

Fernando Amed demonstra amplo domínio sobre a produção bibliográfica existente, dialogando com ela constantemente ao longo de seus quatro capítulos. Mostra a recorrência da preocupação de parcela da intelectualidade brasileira, especialmente entre os biógrafos de Capistrano, em encontrar motivos para a não elaboração de uma "grande história do Brasil" a exemplo de Varnhagen. Para muitos, Capistrano nunca deixou de ser apenas uma "grande promessa de historiador", afinal publicou pouquíssimas obras em vida. O que tais críticos se esquecem, e Amed lembra-os a partir de uma leitura refinada de toda a documentação, é que toda a correspondência deveria ser considerada parcela integrante de sua produção intelectual, e não apenas seus livros, pois foi por meio dela que muitos de seus "discípulos" puderam obter orientação, mesmo que informal, quanto ao fazer história e suas dificuldades.

Quanto ao potencial de tais correspondências, vale lembrar que os documentos respondem apenas aquilo que lhes for perguntado, e atendendo ao olhar de quem os questiona. Sendo assim, um determinado conjunto documental tem parcela de suas possíveis respostas "viciadas" de acordo com a forma como foi composto. O que estou dizendo é que, apesar de importantes

fontes documentais, as correspondências de Capistrano de Abreu disponíveis à consulta não configuram sob hipótese alguma uma panacéia capaz de dar conta de todos os conflitos pessoais e intelectuais vividos por seu titular. Porém, compreendendo sua lógica constitutiva é possível que o pesquisador perceba mais claramente os limites naturais da documentação. Não se trata de um arquivo privado organicamente acumulado. Ao contrário, trata-se de uma coleção de documentos juntados por vezes de maneira arbitrária ou mesmo ao sabor da boa vontade de algumas pessoas que acharam por bem doar parcela de suas correspondências como forma de homenagem ao "grande mestre". O simples fato de serem disponibilizadas mais correspondências ativas do que passivas é uma prova cabal disso. Outro elemento importante ressaltado por Amed, que deve ser levado em consideração, é que para a publicação das correspondências, o material foi todo editado e o consentimento da família foi obtido mediante a subtração de "certos trechos ou cartas que contivessem temas ou aspectos considerados inconvenientes". A falta de organicidade desse material não permite ao pesquisador o estabelecimento de determinadas conclusões como, por exemplo, uma possível resposta ao questionamento de Hélio Vianna que, em 1955, perguntava sobre os possíveis motivos que teriam levado Capistrano a não publicar uma obra completa sobre o Brasil. Quantos debates foram promovidos por Capistrano em outros círculos de amizade, também por meio de correspondências cujo conteúdo, por não terem sido doadas, simplesmente ignoramos? Apenas para ilustrar o problema, qual o teor das correspondências trocadas entre o historiador e o escritor Mário de Andrade? Talvez tratem de banalidades sobre a *Semana de Arte*, visto que tinham amigos em comum, como o mecenas Paulo Prado. Mas talvez não. Talvez ali sejam encontradas respostas muito mais objetivas para determinados questionamentos, ou mesmo mais dúvidas. Para tornar o problema ainda mais complexo, apesar de não terem sido ainda publicadas, essas cartas estão sob guarda do *Instituto de Estudos Históricos* (IEB), junto do arquivo privado de Mario de Andrade, indisponíveis à consulta pública.

Talvez uma das maiores ironias nisso tudo resida no fato de ter Capistrano ganho parte de sua fama publicando fontes documentais, obras historiográficas e instrumentos de pesquisa sobre história do Brasil. Foi um dos colaboradores na execução da *Exposição de História e Geografia do Brasil*, organizada pela Biblioteca Nacional em 1881, bem como na elaboração de seu catálogo. É dele também a publicação de obras como as *Confissões* e *Denúncias da Bahia*, ambas produzidas quando da visita do Santo Ofício ao Brasil. Com isso, a intenção primeira seria sempre a de ampliar o acesso à informação para o público interessado, permitindo maior visibilidade dos documentos e dando fidedignidade ao trabalho. Ao se corresponder com o historiador Guilherme Studart, autor de *Documentos para a história do Brasil*, Capistrano cobrava a citação correta das fontes. Em uma passagem interessantíssima de uma carta datada de 20 de abril de 1904 fez críticas ao descuido de Varnhagem que, ao levar para casa parte da documentação da Torre do Tombo, "não podia indicar depois a procedência". Na mesma carta citou a passagem narrada a ele por Félix Ferreira que, em visita à casa do historiador alagoano Melo Moraes, autor de *História do Brasil-reino e Brasil-império*, encontrou-o queimando documentos. A explicação dada foi a mais arrogante possível, na leitura de um historiador do século XXI, mas tão própria para o século XIX: "quando quiserem estudar História do Brasil não de recorrer às minhas obras".

A preocupação pelas fontes demonstrada por Capistrano era tamanha que, mesmo nunca tendo viajado para fora do país, teve acesso a documentos

de vários arquivos e bibliotecas espalhadas pelo mundo. O recurso utilizado era a manutenção de correspondência com historiadores e amigos pedindo-lhes que fossem feitas cópias de documentos para a execução de seu trabalho. Ao que parece, tais pedidos eram tão comuns que, mesmo estando no Brasil, sabia dizer quais seriam os preços justos cobrados por um bom copista, além de estabelecer a forma como deveriam ser feitas as cópias para que melhor fossem aproveitadas em suas pesquisas.

Em vida, o autor publicou apenas três obras, mas logo após sua morte em 1927, um grupo de amigos e admiradores fundou a *Sociedade Capistrano de Abreu* que, de acordo com Amed, teria o objetivo de apenas tornar pública a importância do historiador para um grupo seleto de seguidores, "dentro dos limites da privacidade". Foi a partir daí que as coletâneas de textos começaram a ser lançadas.

A importância dessa *Sociedade*, assim como a de José Honório Rodrigues, em relação a Capistrano de Abreu reside no fato de eles terem se tornado os mediadores das atividades e do perfil que a tradição historiográfica brasileira construiu em torno do historiador, sendo os responsáveis pela publicação do "restante" de sua obra.

A relevância do trabalho de Fernando Amed que hora se apresenta reside no fato de nem de longe poder ser confundido com uma tentativa de engrandecimento apaixonado da figura de Capistrano, reafirmando a "história dos grandes homens", tão comum na historiografia brasileira até os anos 1950. Trata-se sim de um trabalho sério de pesquisa e análise, fruto de um mestrado executado durante quatro anos com financiamento público. Vale aqui uma observação. Talvez o leitor interessado tenha cada vez mais dificuldades em encontrar no mercado editorial uma obra como essa. Os motivos podem ser inúmeros, mas um deles fundamental, qual seja, a redução do tempo de pesquisa. Hoje os programas de pós-graduação oferecem mestrados que devem ser cumpridos em até insuficientes dois anos e meio, e nada mais. Parte da responsabilidade sobre a qualidade do que será publicado recairá sobre as próprias editoras, e aqui cabe uma ressalva. Em poucos anos de existência a editora Alameda começa a ocupar um lugar de destaque no cenário das chamadas Ciências Humanas especialmente pela qualidade dos textos selecionados para publicação. A obra em questão é um exemplo claro de uma escolha criteriosa e séria.

Contudo, ao publicar trabalhos acadêmicos, autores e editores deveriam pensar com um pouco mais de cuidado na composição do texto final, revendo-os com maior apuro e, especialmente, tirando dele o peso da formalidade. Por vezes a obra de Amed mostra-se muito repetitiva quanto a algumas informações, tanto no corpo do texto como em suas notas, podendo tornar-se um elemento de afastamento do leitor interessado, mas não especialista. Ainda no campo da forma, apesar do próprio Capistrano de Abreu preferir notas no final de cada capítulo e não no rodapé, como o próprio Amed ressalta, a leitura torna-se mais árdua e cansativa.

Mesmo assim é impossível retirar-se o mérito de Fernando Amed e suas *Cartas de Capistrano de Abreu*. Sem dúvida alguma esse livro contribui de maneira exemplar para os estudos acerca da vida intelectual e cultural brasileira até a terceira década do século XX, tendo o próprio Capistrano como epicentro desse processo, além de fornecer um olhar revigorado sobre o uso de documentos privados, especialmente correspondências, em pesquisas históricas.

Recebido para publicação em
janeiro de 2007

Aprovado em Janeiro de 2007